

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS  
CÁTEDRA ALFREDO BOSI DE EDUCAÇÃO BÁSICA

# Universidade e Educação Básica

## **Ensaio Bosianos**

### Organizadores

Naomar de Almeida Filho  
Nilson José Machado  
Lino de Macedo  
Luis Carlos de Menezes  
Bernardete A. Gatti

São Paulo  
2024



## CAPÍTULO 16

# Currículos e Competências: Estrados da Arte

*Nílson José Machado*

### **Cenário: Currículos, disciplinas, competências**

Vivemos em um ambiente impregnado de tecnologias, as informações estão disponíveis em toda parte. A função da escola não é – e nunca foi – a de fornecer acriticamente dados para informar os alunos, mas sim um espaço para o desenvolvimento de competências pessoais, que combine tanto elementos técnicos quanto uma adequada formação em valores. Os currículos, como mapas de relevância para orientar as viagens no universo dos conhecimentos, não deveriam delimitar precocemente territórios disciplinares: na organização dos conteúdos, eles devem ser capazes de despertar o interesse, de criar centros de interesse, convidando os alunos a viagens através de múltiplos espaços do conhecimento.

Este fenômeno pode ser notado em quase todos os países, de modo mais ou menos acentuado: os currículos escolares apresentam-se de modo excessivamente fragmentado. As relações entre as disciplinas constituintes costumam ser fracas e o suposto aprofundamento com que certos temas são tratados não é equilibrado por uma visão transdisciplinar que favoreça a

construção dos significados e situe o ser humano em primeiro plano. Afinal, especialmente na escola básica, os conteúdos disciplinares são meios para uma formação pessoal densa e não deveriam ser estudados como se se destinassem a formar especialistas, ou fossem fins em si mesmos.

Visando ao restabelecimento do papel das disciplinas como meio para a formação pessoal competente, no início da década de 1990 iniciou-se em diversos países um debate sobre a ideia de competência. No Brasil, com o Exame Nacional do Ensino Médio (1998), tal debate entrou em cena, encontrando alguma resistência de parte dos educadores, que associavam a emergência da ideia de competência com a perda de importância dos conteúdos disciplinares.

Apesar do fato primário de que disciplinas e competências não disputam os mesmos espaços na organização da escola, tal como os meios de uma ação não conflitam, de forma alguma, com os objetivos prefigurados, tal mal-entendido tem sido renitente. Aqui, nosso objetivo principal é reunir elementos conceituais para caracterizar a ideia de competência, preparando o terreno para uma explicitação da natureza simbiótica da relação entre disciplinas e competências na organização da escola. Como numa espiral, daremos diversas voltas em busca da caracterização das relações entre disciplinas e competências. Conscientes da reiteração das ideias apresentadas, ao longo do texto, a expectativa é a de que cada uma das voltas contribua para consolidar as relações entre as ideias fundamentais do tema, mesmo, às vezes, olvidando a estética do texto.

### **Competência: elementos fundamentais**

Com ironia lapidar, Descartes inicia seu Discurso do Método caracterizando a ideia de bom senso: é aquilo de que todos se consideram suficientemente providos, a ponto de ninguém admitir que precisa de mais do que tem. Algo similar parece ocorrer com a ideia de competência: em um cenário em que o conhecimento ocupa um lugar central, assumindo o estatuto do principal fator de produção, em que as permanentes transformações são a regra, precisamos continuamente desenvolver e atualizar nossas competências; poucos assumem

de bom grado, no entanto, a condição de carência de competência, e menos ainda a condição de incompetente.

Embora difusa, a etimologia é fecunda: a palavra competência deriva de *com + petere*, que em latim significa pedir junto com os outros, buscar junto com os outros. Aquele a quem nada apetece é um inapetente; a inapetência é a antessala da incompetência. Derivações próximas são *competitio*, que significa tanto acordo quanto rivalidade, e que conduziu apenas no latim tardio, à ideia de competição como disputa. A associação de competência com a ideia de capacidade conduz a atenção à palavra *capacitas*, que significa a possibilidade de conter alguma coisa, de apreender, de compreender algo. Outra vertente de significações é a associação da competência com a capacidade de mobilização do que se sabe para a realização do que se deseja, se projeta. Claramente, conhecer conteúdos é fundamental, mas não basta: é preciso saber pô-los em ação para caracterizar uma competência.

Em busca de uma síntese, vamos resumir o que até aqui se ameahou. Seis elementos são fundamentais para constituir a ideia de competência; **personalidade, âmbito, mobilização, conteúdo, abstração e integridade**. A competência é um atributo das pessoas: não faz sentido dizer que um animal, ou um objeto, são “competentes”. Ela se exerce em determinado âmbito, bem delimitado. No terreno jurídico, tal ideia parece bem clara: como o é a de autoridade. Uma competência sem âmbito simplesmente não faz sentido.

A ideia de competência está ainda visceralmente associada à capacidade de abstração ao lidar com os conteúdos. Como Funes, o memorioso personagem de Borges, a incapacidade de abstração conduz à impossibilidade da ação e, conseqüentemente, à inação. A mobilização de recursos cognitivos pressupõe a passagem da realidade dos factos às abstrações inspiradoras dos fictos; das ficções, que conduzem aos novos fatos, às novas realidades.

### **Competência: pessoa, âmbito, contexto**

Já foi dito que animais ou objetos não são competentes, que não existe uma competência para todos os âmbitos possíveis, que é impossível a competência sem uma ação efetiva, que a falta de conhecimento é o primeiro sintoma de incompetência, que a incapacidade de abstrair o contexto é uma

forma de incompetência, e que não se pode ser competente sem integrar-se com os outros, sem levar em consideração os outros. Vamos a uma nova volta em torno de tais ideias, para consolidar relações importantes.

Em primeiro lugar, naturalmente, vem a **pessoalidade** da competência. Somente as pessoas são competentes ou incompetentes; quase automaticamente, o substantivo competência é orlado pelo adjetivo pessoal. Atribuir-se competência a objetos, artefatos ou mesmo animais pode ocorrer em metáforas circunstanciais, mas não pode passar disso. As pessoas é que pedem, buscam junto com os outros, têm vontades ou são inapetentes, o que abre as portas para a incompetência. As pessoas se constituem representando papéis, caracterizam-se como um feixe de papéis, em alguns dos quais é protagonista, em outros, coadjuvante. As pessoas são personagens de peças variadas, em que ora submetem-se a diretores exigentes, ora são autores da própria peça que representam.

A sociedade consiste em um vasto sistema de distribuição de papéis: na família, na escola, no trabalho, no lazer, na cultura, na política etc. A pessoa competente seleciona adequadamente seus papéis, responde a um chamamento interior, a uma vocação que a distingue de todas as outras. Não se pode ser competente exercendo atividades que não correspondem a esse chamamento pessoal, tanto quanto não se pode viver a vida de outra pessoa. Na Grécia antiga, os atores que simplesmente fingiam representar, muitas vezes roubando os papéis dos outros, eram chamados de hipócritas. Toda competência que não é pessoal em sentido estrito não passa de simulação, de hipocrisia.

A ideia de competência também está inextricavelmente associada a um âmbito em que ela se exerce. Afirmações do tipo “Fulano é competente” carecem de sentido ou soam demasiadamente vagas se não se qualifica o contexto em que tal competência se realiza; não se sustenta facilmente uma pretensão de competência “para o que der e vier”. Naturalmente, quanto mais restrito é o âmbito em que uma competência se exerce, mais facilmente ela pode ser caracterizada em seus pormenores, estruturada em habilidades capilares que lhe dão forma e consistência; quanto mais amplo é tal âmbito, mais difícil é tal estruturação, sempre necessária. É mais fácil, por exemplo,



dizer-se o que constitui um motorista competente do que o que caracteriza um cidadão competente.

Essa vinculação entre as ideias de competência e de âmbito é similar à existente entre as noções de autoridade e âmbito. De fato, não existe uma autoridade para todos os âmbitos possíveis, toda autoridade tem um âmbito em que é exercida; extrapolá-lo significa uma sempre indesejável derrapagem para o terreno do autoritarismo. Aliás, é justamente o âmbito em que uma autoridade é legítima que determina os limites de sua competência. Uma pretensa competência sem limites seria mais propriamente denominada de arrogância.

De alguém que leu e compreendeu todos os conteúdos atinentes e dispõe de todos os instrumentos necessários para a realização de determinada tarefa, mas que não consegue realizá-la, pode-se afirmar com segurança: é incompetente. A competência está sempre associada à capacidade de mobilização dos recursos de que se dispõe para realizar aquilo que se deseja. A fonte de legitimação de todo o conhecimento do mundo é justamente essa possibilidade de mobilização para a realização dos projetos das pessoas; sem ela, o conhecimento é inerte, é como um banco de dados carente de usuários. Não se trata aqui de uma defesa ardorosa das aplicações práticas, nem sempre boas conselheiras na configuração das competências, mas sim do reconhecimento enfático de que qualquer ação a ser realizada pressupõe algum nível de conhecimento teórico (*theoria*, em grego, quer dizer visão), sem o que não se pode lograr um fazer propriamente humano, manifestação de uma vontade livre e consciente.

A ideia de mobilização também se relaciona com o fato de que sempre conhecemos muito mais do que conseguimos explicitar em palavras. Muitos de nossos saberes permanecem tácitos, não encontramos palavras para expressá-los, mas eles subjazem a aquilo que somos capazes de explicitar e sustentam aquilo que conseguimos realizar. A competência também se expressa nessa capacidade de mobilizar esse conhecimento tácito de que dispomos, para realizar aquilo que explicitamente desejamos.

Quando nos referimos à capacidade de mobilização do que se sabe para realizar o que se deseja, claramente se desenham diante de nós situações em que alguém que sabe muito consegue mobilizar pouco, enquanto, por

outro lado, alguém que sabe menos consegue mobilizar mais, sendo, em consequência, mais bem sucedido, do ponto de vista das realizações efetivas. Nada disso, no entanto, pode servir de base para uma mínima desvalorização daquilo que se sabe, do **conteúdo**, ou do conhecimento de que necessitamos para a realização de qualquer ação. Sem dúvida, a falta de conhecimento é o primeiro sintoma, e o mais efetivo, da caracterização da incompetência, e a competência consiste em combinar de modo eficaz a busca pelo conhecimento de que se necessita com as formas adequadas de mobilização de tal conteúdo.

O desvio que consiste na caracterização da competência unicamente pelo conhecimento de que se dispõe, ainda que inerte, não pode ser substituído pelo elogio de uma competência “esperta”, que se limita a explorar os poucos recursos que já temos à mão, desdenhando da necessidade, sempre crescente, de novos conhecimentos. Se a competência não pode se limitar a sua dimensão técnica, ao conhecimento efetivo, sempre carente de incremento, dos múltiplos temas associados a qualquer ação consciente que se pretenda realizar, também é verdade que sem tal dimensão técnica, sem tais conteúdos cognitivos, ela não passa de um balão retórico, prestes a explodir diante do mais inocente espinho.

É importante também mencionar que a necessidade do âmbito, inerente à ideia de competência, não significa uma subestimação da necessidade de abstração também inerente a tal ideia. Porque, sem dúvida, àquele que é capaz de realizar tarefas apenas quando estritamente vinculadas a determinado contexto, permanecendo imobilizado por uma alteração mínima no mesmo, falta, sem dúvida, competência. Quem sabe que  $3 \text{ abacaxis} + 4 \text{ abacaxis} = 7 \text{ abacaxis}$ , mas tem dúvidas sobre o resultado da adição de 3 bananas com 4 bananas, não aprendeu a somar 3 com 4, e é certamente incompetente. Se é o âmbito/contexto que dá vida à ideia de competência, também o é a capacidade de abstrair o contexto, de transportar-se o que se sabe para outros âmbitos, conservando-se a visão, ou a compreensão que possibilita um fazer consciente. É incompetente tanto quem não é capaz de contextualizar o que conhece, viabilizando uma ação plena de significações, quanto quem não consegue alçar-se por sobre as peculiaridades do contexto, abstraindo os elementos irrelevantes para o fim almejado e atendo-se ao que realmente se considera fundamental.

Abstrair, portanto, não é o oposto de contextualizar, mas um elemento complementar do contínuo movimento contextualização/abstração; a falta de um dos elementos do par somente pode possibilitar um andar capenga, que limita a atuação de um ser humano competente.

### **Competência e personalidade e integridade**

Ao situar a personalidade como um elemento fundamental da ideia de competência, convém mencionar um ponto crítico sem cuja consideração pode-se entrar em um desvio isolacionista, que contamina tal ideia. Trata-se do fato de que ninguém se constitui como pessoa sem os outros: permanentemente, agimos e representamos papéis socialmente prefigurados, para os outros e com os outros. Como sujeitos de uma ação consciente, atuamos segundo perspectivas pessoais, absolutamente idiossincráticas, perseguimos projetos, pessoais e coletivos, orientados por um cenário de valores socialmente partilhados, e necessariamente sujeitamo-nos (ou submetemo-nos) aos outros, no sentido de levar em consideração seus pontos de vista, seus argumentos, seus valores. Assim, um elemento complementar em relação à personalidade na constituição da ideia de competência é a integridade pessoal, tanto no sentido da pressuposição de um quadro de valores que se professa e que são efetivamente vivenciados, quanto no que se refere a uma integração com os outros, associada essencialmente a uma permanente abertura em tal quadro de valores para o diálogo, para a argumentação racional em busca de consensos.

A ideia de integridade – a de manter-se inteiro como pessoa e, ao mesmo tempo, integrado ao corpo social em que se partilham valores e crenças – é um elemento fundamental para caracterizar a competência. Sem ela, a competência pode ser associada apenas a sua dimensão técnica, sendo confundida com o mero desempenho especializado, sem a referência a um quadro de valores socialmente acordados, sem compromisso com a articulação entre o interesse público e o privado, tão necessário para a vivência da plena cidadania. Parece-nos um completo contrassenso a pertinência da utilização da palavra competência para caracterizar as ações de um terrorista, de um torturador, ou do autor de um crime hediondo qualquer, realizado de maneira tecnicamente perfeita.



Vamos resumir o que se alinhavou até aqui. Em seu uso corrente, à palavra competência associa-se quase de modo automático ao qualificativo pessoal, o que constitui um indício linguístico forte da pessoalidade como elemento fundador da ideia de competência. Competentes ou incompetentes são os agentes, são as pessoas. O mercado não age, os computadores não agem, os animais não agem, os livros não agem, apenas as pessoas agem livremente, conscientemente, na busca da realização de seus projetos, caracterizando-se como competentes ou incompetentes. Como a noção de autoridade, a de competência traz consigo sempre a ideia de âmbito, de contexto: exerce-se uma autoridade ou uma competência sempre em determinado âmbito, não resistindo a uma análise mais densa uma suposta competência para o que der e vier. Toda competência pressupõe uma capacidade de mobilização de recursos, em busca da realização de seus desejos, de seus projetos. Quem nada deseja, nada projeta, quem vive a inapetência abre as portas para a vivência da incompetência. A competência pressupõe sempre a aderência a um contexto e, simultaneamente, a possibilidade de liberar-se dele, abstraindo suas peculiaridades não para distanciar-se de qualquer contexto, mas sim para abrir as portas para novas contextuações. Quanto maior a competência, maior a capacidade de se pôr em movimento o círculo abstração/contextuação.

Embora constitua um desvio semântico grave a identificação da competência com o mero domínio de conteúdos técnicos em determinada área do conhecimento, o primeiro indício da falta de competência ocorre exatamente nesse terreno, dos conteúdos. É impossível conceber-se qualquer forma de competência que possa prescindir de conhecimentos específicos, de complexidade crescente, a cada dia. Não se trata necessariamente de conhecimento escolar, ou científico, ou formal em algum sistema de ensino: trata-se do conhecimento em sentido pleno, que pode incluir as disciplinas escolares, mas que certamente vai muito além delas, envolvendo as noções de conhecimento e de valor, e desembocando na ideia de sabedoria, ou do conhecimento relevante, do saber que tem valor. A noção de competência, finalmente, fiel a sua raiz etimológica, caracteriza-se plenamente como capacidade de pedir junto com os outros, de buscar-se coletivamente fins prefigurados, mantendo-se a integridade pessoal e a integração social.

## Competência, autoridade, competição

Para concluir, uma proporção analógica: assim como existe certa contaminação semântica da ideia de autoridade pelo caráter indesejável do termo autoritarismo, sói ocorrer contaminação análoga da ideia de competência pela associação direta com a noção de competição: uma palavra final pode contribuir para uma descontaminação em ambos os casos. O exercício da autoridade é fundamental para a criação e/ou a manutenção da ordem legítima, construído sobre um arcabouço de normas socialmente acordadas. Toda autoridade, no entanto, tem um âmbito que lhe compete; extrapolá-lo é o passo em falso, às vezes sutil, para o ingresso no terreno minado do autoritarismo. Convém lembrar que cada pessoa constrói sua consciência na medida em que assume a responsabilidade pelos seus atos, e exerce uma autoridade sobre si mesma, controlando suas volições de primeiro nível, meras vontades ou desejos nos limites de sua condição de animal, e elaborando as bases para as volições de segundo nível, os desejos de certos desejos e não de outros. Há em cada pessoa um âmbito em que ela é a maior autoridade sobre si mesma: ninguém pode invadir tal âmbito sem que se constitua uma arbitrariedade intolerável. O exercício pleno de tal autoridade nesse âmbito íntimo pressupõe, portanto, a vivência plena de uma responsabilidade radical. A assunção das responsabilidades inerentes ao papel que se desempenha nos limites da competência correspondente é o antídoto para a descontaminação do desvio patológico da confusão entre o pleno exercício da autoridade e o mero do autoritarismo.

No caso da ideia de competência, a associação direta com a noção de competição não pode ser temida por duas razões principais. Em primeiro lugar, há, na própria ideia de competição, uma ambivalência atenuante, uma vez que ela tanto significa rivalidade como acordo: naturalmente, tal acordo refere-se à plena aceitação das regras que regulam os processos competitivos, da justeza e do equilíbrio de tais ideias. Mencione-se aqui, ainda que de passagem, que tal ambivalência semântica encontra-se presente em inúmeros termos latinos, como *altus*, por exemplo, que tanto significa alto como também profundo. Nos esportes, nas olimpíadas, por exemplo, as competições apresentam o sentido positivo resultante de tal aceitação: busca-se algo junto com os outros, a existência dos outros faz com que cada um cresça, supere seus próprios limites. A razão mais importante, no entanto, para a contiguidade semântica

com a competição não contaminar a ideia de competência é a seguinte: buscar junto com os outros não significa necessariamente que, se alguém fica com, os demais ficarão sem o objetivo pretendido; tudo depende do que se busca, do que se pretende. Se o objetivo colimado é um bem material, é um pote de ouro – ou uma medalha de ouro –, então é verdade que se alguém ganha, os outros têm que perder; se o que se busca, no entanto, é um bem comum, é o conhecimento, por exemplo, como ocorre na escola, então não mais ocorre tal situação. Quando se busca o conhecimento junto com os outros, todos podem ser – e em geral o são – legítimos vencedores, e a competência, ou a competição mostra sua face construtiva, sem restrições.

Pois é, no edifício teórico da ideia de competência, o título do texto, desde o início, já avisara: oferecemos apenas alguns andaimes, alguns estrados da arte.

## Referências

D'ALLONNES, M. R. *Le pouvoir des commencements*. Paris: Seuil, 2006.

MACHADO, N. J. *Conhecimento e valor*. São Paulo: Moderna, 2004

MACHADO, N. J. *Educação: competência e qualidade*. São Paulo: Escrituras, 2009.

MACHADO, N. J. *Educação – microensaios em mil toques*. v. I, II, III. São Paulo: Escrituras, 2010.

MACHADO, N. J.- Sobre a ideia de competência. *In*: PERRENOUD, P. *et alii*. *Competências para ensinar no século XXI*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

ORTEGA y GASSET, J. *Obras Completas*. v. 1-2. Madrid: Alianza, 1987.

RAMOS, S. *Hacia un nuevo humanismo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1997.